

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

A força dos municípios gaúchos

Mais de 400 prefeitos gaúchos estiveram em Brasília esta semana para mostrar, ao governo e ao Parlamento, a realidade que os municípios do Rio Grande do Sul estão enfrentando por conta dos efeitos da última catástrofe climática que afetou a maior parte do Estado. Com bom senso e muita negociação, todos querem que o governo cumpra, com velocidade, as promessas feitas para que as pessoas retornem às suas atividades e comecem a trabalhar na conquista de seus espaços, tomados pelas enchentes.

Reeditar decreto da pandemia

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB, foto) defende que “é necessário que o governo reedite o decreto que foi feito na pandemia para que os municípios possam retomar sua economia e auxiliar na reconstrução do Estado”. O parlamentar sugere que, “no caso do Rio Grande do Sul, a arrecadação do município de maio deste ano a maio do ano passado, e aí recompõe a receita deles, independente de onde estejam, se está em catástrofe ou não”.



Recompor a receita

O parlamentar alerta que a redução do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) vai acontecer independente da situação do município. A primeira coisa, reforça Alceu Moreira, “é recompôr a receita dos municípios e do Estado nos próximos 12 meses. Por exemplo, tem município que voltou a arrecadar normalmente”. No entendimento do parlamentar, “se o município atingir a média dos 12 meses, não precisa repassar nada. Se não atingir, completa”, sugere o deputado e ex-prefeito.

Caso de cada município

Os municípios em catástrofe, especifica Alceu Moreira, é outra coisa. “Além de recompôr a renda perfeita deles, igual pela média, tem que ver o caso específico de cada um. Por exemplo, Porto Alegre tem uma montanha de lixo nela, e o Estado não manda um só centavo para ajudar na limpeza.”

Sem ação do governo

Outro ponto que o congressista chama atenção é “para os problemas das indústrias instaladas, do comércio, dos serviços, dos salários; tudo isso o governo não teve ação nenhuma, absolutamente nenhuma”.

Eleições municipais

Questionado se as eleições municipais poderiam atrapalhar ou ajudar na reconstrução, Alceu Moreira afirmou: “os eventos todos, eles mudam o pensamento do eleitor com relação à própria eleição. Ele mexe com as pessoas de tal maneira que as pessoas, em princípio, quase sempre, o prefeito é culpado, porque ele é a pessoa mais próxima. A pessoa está indignada, perdeu tudo, não tem onde morar, cheia de problemas, de limitações, ela projeta, mas isso é uma coisa que ao longo do mês vai se dissipando, porque as pessoas vão descobrindo”.

Comissão de Finanças aprova parecer da LDO 2025

Projeto contempla auxílio federal para as contas públicas do RS

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O parecer do relator à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025 foi aprovado em reunião realizada nesta quinta-feira pela Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa. O projeto indica as metas e prioridades da administração pública estadual para o próximo exercício e, neste ano, contém a ressalva de que o recente evento climático no RS repercutirá nas receitas e despesas do estado.

Das 27 emendas apresentadas pelos parlamentares, foram acolhidas apenas três pelo relator, o deputado estadual Frederico Antunes (PP), que também é líder do governo de Eduardo Leite (PSDB) no Parlamento. A primeira, de autoria de Adriana Lara (PL), é voltada ao empreendedorismo feminino.

Outra, de Luiz Fernando Mainardi (PT), trata da reforma, construção ou aquisição de unidades habitacionais, com prioridade às moradias atingidas em eventos climáticos. Por fim, a última emenda foi protocolada por Matheus Gomes (PSOL) e versa sobre a adoção de medidas pelo Estado para avaliação de impacto ambiental e a implementação de soluções baseadas na natureza.

Além delas, foram aprovadas mais duas emendas, protocoladas pela própria comissão. A primeira trata das consequências do evento climático nas receitas públicas,



Relator aceitou apenas 3 das 27 propostas de emendas encaminhadas

com foco na recomposição das perdas econômicas. Assim, sinaliza a necessidade de auxílio financeiro do governo federal. A emenda propõe a inclusão de novo item dentre as prioridades do Poder Executivo no anexo que trata das Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual, prevendo “buscar novas fontes de receitas para recuperação do equilíbrio fiscal, envolvendo auxílio do governo federal para compensação de perdas de arrecadação tributária decorrentes do contexto da calamidade pública, bem como transferências e operações de crédito para o enfrentamento e prevenção de eventos climáticos extremos”.

A outra emenda da comissão busca “assegurar efetiva execução dos recursos do Fundo Plano Rio Grande (Funrigs), como aqueles decorrentes da suspensão do pagamento da dívida com a União e

suas regulamentações, na forma a reconstruir a infraestrutura do estado, com acompanhamento da população e do conselho consultivo”, conforme consta no documento.

Antunes, entretanto, advertiu que devido ao prazo de envio da LDO à Assembleia (15 de maio), não foi possível anexar no trecho que trata das metas fiscais questões voltadas aos impactos do evento climático de maio às receitas e despesas do Estado em 2025, visto que ainda não se havia uma estimativa de valores.

Apesar disso, o relator considera que o documento segue a orientação tradicional de utilização de parâmetros da economia conforme o Boletim Focus do Banco Central. Antunes pontuou também que diferente de anos anteriores, desta vez as prioridades estão resumidas em 11 itens, em sua maioria voltados para a reconstrução do Estado.

PF indícia Bolsonaro e assessores em apuração sobre joias

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal (PF) indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais 11 pessoas na investigação sobre a venda de artigos de luxo recebidos de presente pelo governo brasileiro. Alguns dos principais aliados de Bolsonaro foram indiciados: Fabio Wajngarten, o general Mauro Cid Lorena, o tenente-coronel Mauro Cid, o advogado Frederick Wassef, Marcelo Câmara, Bento Albuquerque, José Roberto Bueno Júnior, Júlio Cesar Vieira, Marcelo Vieira, Marcos André do Santos Soeiro e Osmar Crivelatti.

A PF afirma que o grupo come-

teu os crimes de formação de quadrilha e peculato.

O caso das joias tem origem em reportagem do jornal O Estado de S.Paulo, que revelou a tentativa de Bolsonaro em reaver parte das joias presenteadas pelos árabes e apreendidas pela Receita Federal no desembarque no Brasil. A PF passou a investigar o caso e, com informações das investigações que envolviam o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, avançou sobre como o ex-presidente negociou alguns presentes valiosos, como joias e relógios.

A apuração também mostrou como o ex-presidente e pessoas próximas a ele tentaram recomprar os

itens após a apreensão das joias pela Receita se tornar pública.

Bolsonaro devolveu as joias após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Com base nas informações, a PF chegou a fazer buscas em endereço do pai de Mauro Cid, o general da reserva do Exército Mauro Lourena Cid, Frederick Wassef, advogado de Bolsonaro, e Osmar Crivelatti, tenente do Exército e que também atuou na ajudância de ordens da Presidência.

Para a PF, o ex-presidente utilizou a estrutura do governo federal para desviar presentes de alto valor oferecidos a ele por autoridades estrangeiras.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323